



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

LEI Nº 1.135/2003

Restaura cargo de provimento efetivo, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Lajinha, Minas Gerais, por seus Vereadores,
aprovou a seguinte Lei:

Art.1º- Fica restaurado no quadro de pessoal efetivo da Prefeitura Municipal de Lajinha o cargo de PROCURADOR MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE LAJINHA, instituído pela Lei 677/92, que tem como pré-requisito básico a graduação no curso de Direito e inscrição regular junto à Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Minas Gerais – OAB/MG.

Art. 2º - Ao Procurador Municipal caberá por delegação ou determinação da autoridade competente:

- a) Representar a Prefeitura Municipal de Lajinha, em juízo ou fora dele, prestando serviços de natureza jurídica,
- b) Examinar e estudar documentos, de natureza complexa e variada, de interesse da Prefeitura Municipal de Lajinha, emitindo os devidos pareceres;
- c) Atender aos Secretários Municipais realizando trabalhos de assessoria jurídica, inclusive na elaboração de documentos em que a Prefeitura Municipal de Lajinha seja titular ou diretamente interessada;
- d) Auxiliar, quando necessários, nos trabalhos da defensoria Pública Municipal;

Art. 3º - Os vencimentos devidos ao Procurador Municipal será igual ao do Defensor Público Municipal.

Art. 4º - A jornada de trabalho é a determinada pelo Estatuto do Servidor Público Municipal.

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA,
ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO
DO ANO DOIS MIL E TRÊS. (19-12-2003)

Ver. FLÁVIO ANTONIO DE MORAIS
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA